

Implementação da iNDC brasileira: Políticas Públicas e Legislação

José Miguez

Secretário

Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental

Ministério do Meio Ambiente

Roteiro da Apresentação

- ▣ Regulamentação e ratificação do Acordo de Paris
- ▣ A iNDC do Brasil
- ▣ Esclarecimentos adicionais à iNDC (submetidos à UNFCCC com fins ilustrativos)
- ▣ Observações finais

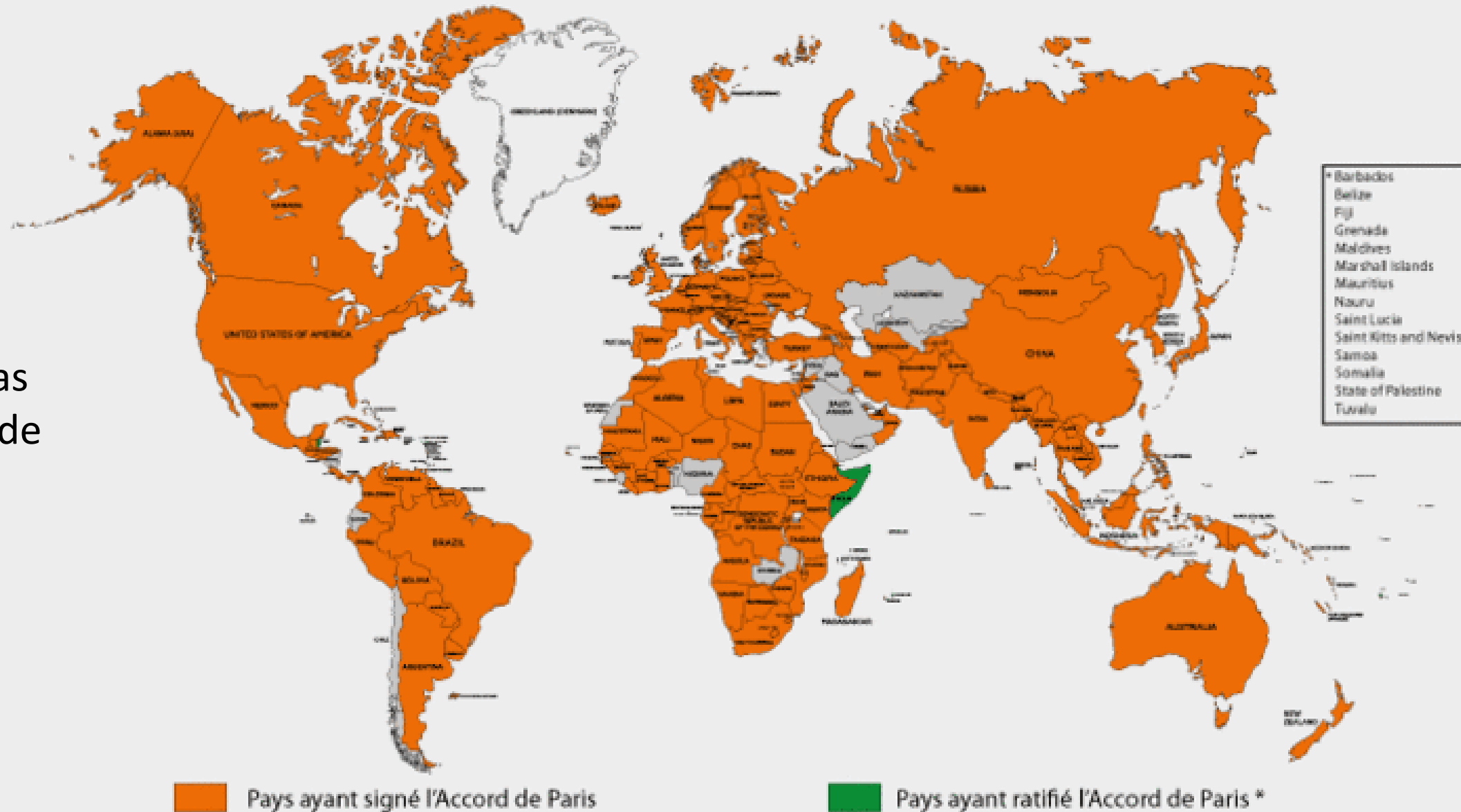
Regulamentação do Acordo de Paris

- Necessidade de Regulamentação do Acordo
- Processo de dois anos, a ser adotado em Marrakech
- Com vistas à finalização em 2018

Entrada em Vigor do Acordo de Paris

- ▣ Condições
 - 55 países ratificarem
 - 17 Países já ratificaram
 - Países que ratificaram representarem 55% das emissões de acordo com tabela do Acordo de Paris
 - Última informação de total de emissões de cada país informada à UNFCCC
 - No caso do Brasil Atualização do 2º Inventário (Biennial Update Report)

Accord de Paris : 175 pays signataires à New York



Resultados da COP 21

Entrada em vigor (Art. 21):

55 Partes com pelo menos
55% do **total de emissões**
globais.

17 Países já ratificaram:

Barbados, Belize, Fiji, Grenada,
Guiana, Ilhas Marshall,
Maldivas, Maurício,
Nauru, Palau, Palestina,
Samoa, Seycheles,
Somália, St Kitts/Nevis,
St. Lucia e Tuvalu

Representam 0,04% das
Emissões da tabela

Table

Solely for the purposes of Article 21 of the Paris Agreement, information

on the most up-to-date total and per cent of greenhouse gas emissions
communicated by Parties to the Convention in their national communications,
greenhouse gas inventory reports, biennial reports or biennial update reports,
as of 12 December 2015

Party	Emissions (CO ₂ CO ₂ equivalent)	Percentage	Year
Afghanistan	19 328	0.05	2005
Albania	6 717	0.02	2000
Algeria	111 023	0.30	2000
Andorra	522	0.00	2011
Angola	61 611	0.17	2005
Antigua and Barbuda	598	0.00	2000
Argentina	332 499	0.89	2010
Armenia	7 464	0.02	2010
Australia	541 924	1.46	2013
Austria*	79 599	0.21	2013
Azerbaijan	48 209	0.13	2010
Bahamas	688	0.00	2000
Bahrain	22 373	0.06	2000
Bangladesh	99 442	0.27	2005
Barbados	4 056	0.01	1997
Belarus	89 283	0.24	2012
Belgium*	119 424	0.32	2013
Belize	1 133	0.00	2000
Benin	6 251	0.02	2000
Bhutan	1 556	0.00	2000
Bolivia (Plurinational State of)	43 665	0.12	2004
Bosnia and Herzegovina	31 095	0.08	2011
Botswana	6 140	0.02	2000
Brazil	923 544	2.48	2010
Brunei Darussalam	n/a	n/a	n/a
Bulgaria*	55 893	0.15	2013

Acordo de Paris					
				Anos para	Acumulado de
<i>País</i>	<i>Emissões</i>	<i>Último dado</i>	<i>% Emissões</i>	<i>Ratificar KP</i>	<i>Emissões AP</i>
Fiji	2710	2004	0,01%	0,75	0,01%
Antigua and Barbuda	598	2000	0,00%	0,92	0,01%
El Salvador	11069	2005	0,03%	0,92	0,04%
Tuvalu	6	1994	0,00%	0,92	0,04%
Maldives	153	1994	0,00%	1,00	0,04%
Trinidad and Tobago	16006	1990	0,04%	1,08	0,08%
Turkmenistan	75409	2004	0,20%	1,08	0,29%
Panama	9708	2000	0,03%	1,25	0,31%
Bahamas	688	2000	0,00%	1,33	0,31%
Niue	4422	1994	0,01%	1,42	0,32%
Georgia	12219	2006	0,03%	1,50	0,36%
Jamaica	14314	2005	0,04%	1,50	0,40%
Micronesia (Federated States of)	174	2000	0,00%	1,50	0,40%
Cyprus	8319	2013	0,02%	1,58	0,42%
Paraguay	23430	2000	0,06%	1,67	0,48%
Guatemala	14742	1990	0,04%	1,83	0,52%
Uzbekistan	199837	2005	0,54%	1,83	1,06%
Bolivia (Plurinational State of)	43665	2004	0,12%	1,92	1,18%
Nicaragua	11981	2000	0,03%	1,92	1,21%
Mongolia	17711	2006	0,05%	2,00	1,26%
Palau	93	2000	0,00%	2,00	1,26%
Ecuador	247990	2006	0,67%	2,08	1,92%
Honduras	10298	2000	0,03%	2,58	1,95%
Barbados	4056	1997	0,01%	2,67	1,96%
EquatorialGuinea	n/a	n/a		2,67	1,96%
Azerbaijan	48209	2010	0,13%	2,75	2,09%
Guinea	5058	1994	0,01%	2,75	2,11%
Kiribati	170	2008	0,00%	2,75	2,11%
Lesotho	3513	2000	0,01%	2,75	2,12%
Mexico	632880	2013	1,70%	2,75	3,82%

	Acordo de Paris					
					Anos para	Acumulado de
	País	Emissões	Último dado	% Emissões	Ratificar KP	Emissões AP
76	South Africa	544314	2010	1,46%	4,58	22,03%
77	Bhutan	1556	2000	0,00%	4,67	22,04%
78	Brazil	923544	2010	2,48%	4,67	24,52%
79	Bulgaria	55893	2013	0,15%	4,67	24,67%
80	Cambodia	12763	1994	0,03%	4,67	24,71%
81	Cameroon	165725	1994	0,45%	4,67	25,15%
82	Chile	91576	2010	0,25%	4,67	25,40%
83	China	7465862	2005	20,09%	4,67	45,49%
84	Costa Rica	12384	2010	0,03%	4,67	45,52%
85	Grenada	1607	1994	0,00%	4,67	45,52%
86	Hungary	57428	2013	0,15%	4,67	45,68%
87	India	1523767	2000	4,10%	4,67	49,78%
88	Slovenia	18166	2013	0,05%	4,67	49,83%
89	Thailand	236947	2000	0,64%	4,67	50,46%
90	United Republic of Tanzania	40506	1990	0,11%	4,67	50,57%
91	Malaysia	193397	2000	0,52%	4,75	51,09%
92	Peru	80591	2010	0,22%	4,75	51,31%
93	Sri Lanka	18797	2000	0,05%	4,75	51,36%
94	Viet Nam	266049	2010	0,72%	4,75	52,08%
95	Estonia	21741	2013	0,06%	4,83	52,13%
96	Liberia	8022	2000	0,02%	4,92	52,16%
97	Republic of Korea	688300	2012	1,85%	4,92	54,01%
98	Canada	726051	2013	1,95%	5,00	55,96%



USA 17,89%





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Pretendida Contribuição Nacionalmente Determinada
para consecução do objetivo da
Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima

INDC



PROCESSO DOMÉSTICO DE ELABORAÇÃO

- CONSULTA PÚBLICA EXTENSA E INCLUSIVA COORDENADA PELO MRE (2014) - Decisão COP 19
- DIÁLOGO ADICIONAL ENTRE SEGMENTOS DE ALTO NÍVEL DO GOVERNO FEDERAL E ATORES RELEVANTES (2015), EM PARTICULAR:
 - GOVERNO;
 - SETOR PRIVADO;
 - ACADEMIA;
 - ONGs.

INDC



Mitigação: Emissões de gases de efeito estufa

Ponto de referência: 2005.

Redução em 2025 (Contribuição)	Redução em 2030 (Contribuição indicativa)
37%	43%

Tipo: meta absoluta em relação a um ano-base.

Abrangência: todo o território nacional, para o conjunto da economia (economy wide), incluindo CO₂, CH₄, N₂O, PFCs, HFCs, SF₆.

Métrica: GWP-100 (IPCC AR5).

INDC



Meios de implementação

- ***Implementação da iNDC:*** não condicionada a apoio internacional, mas aberta ao apoio de países desenvolvidos
- ***Ações adicionais:*** exigiriam aumento, em larga escala do apoio internacional e dos fluxos de investimento do desenvolvimento, emprego, difusão e transferência de tecnologias
- ***Implementação do REDD+ e a permanência de resultados obtidos:*** requerem a provisão contínua de pagamentos por resultados de forma adequada e previsível
- ***Iniciativas Sul-Sul***

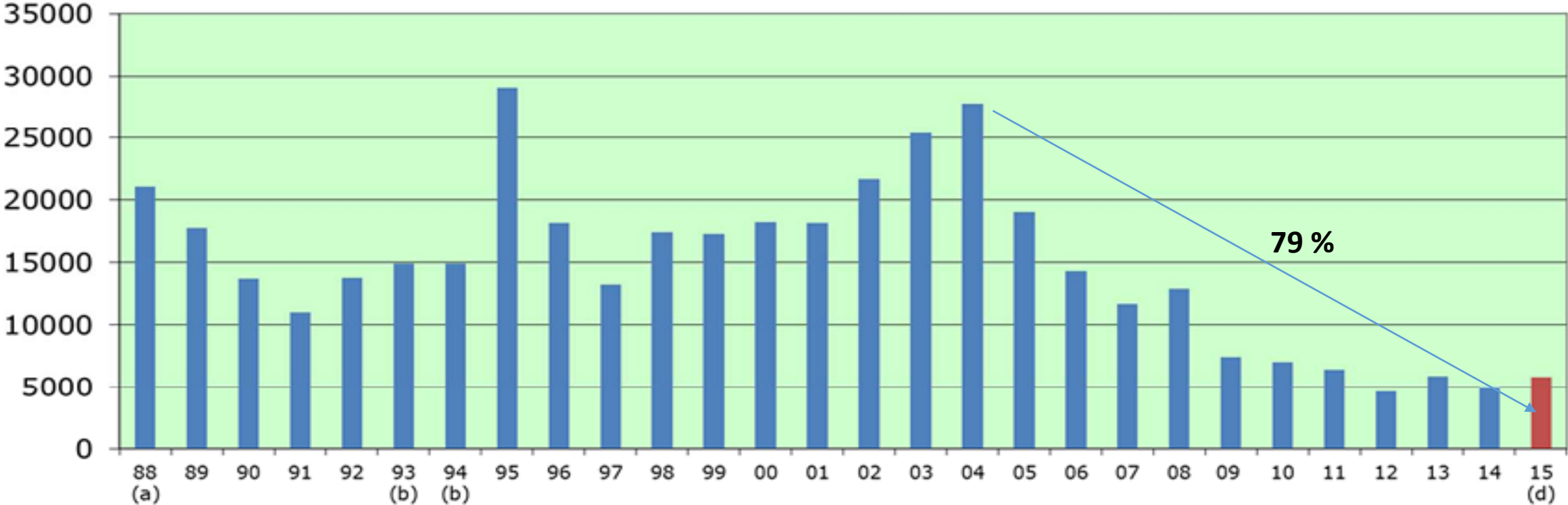
*Informações adicionais sobre a iNDC
para fins de esclarecimento*

EQUIDADE E AMBIÇÃO

**Taxa de Desmatamento Anual na Amazônia Legal
(Brazilian Amazon Deforestation Rates)**

(Km²/year)

Km²/ano



Ano (YEAR)

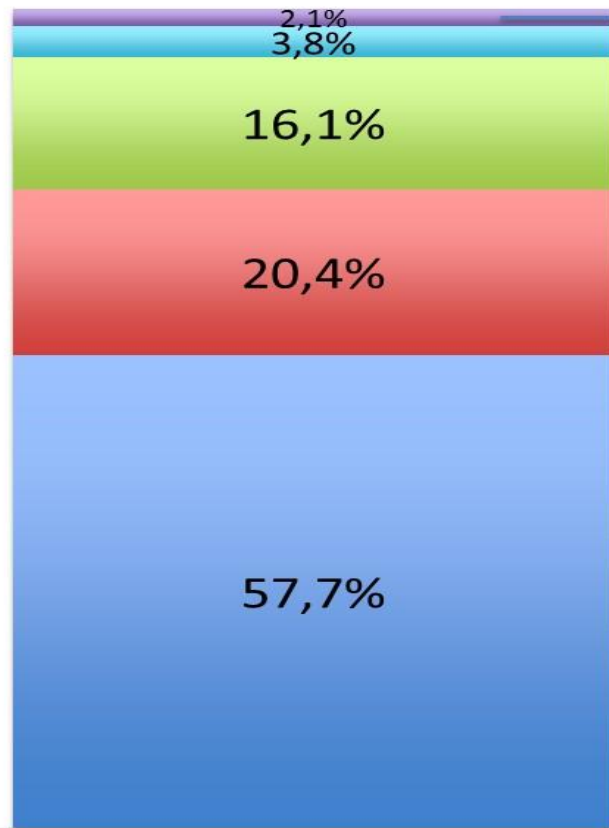
t
o
n
e
l
a
d
a
s

m
i
l
h
õ
e
s

C
O
2
e

Reduções de Emissões Brasileiras 2012 a 2005

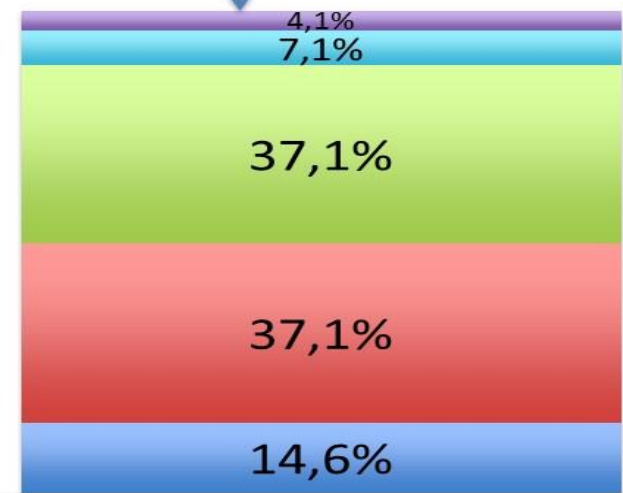
Emissões de Gases de Efeito Estufa (2005): 2,04 bi tCO₂e



2005

41%

Emissões de Gases de Efeito Estufa (2012): 1,20 bi tCO₂e



2012

■ Mudança no Uso da Terra e Florestas ■ Agropecuária ■ Energia ■ Processos Industrial ■ Tratamento de Resíduos

FLORESTAS

- desmatamento ilegal zero até 2030 na Amazônia brasileira e compensação das emissões provenientes da supressão legal da vegetação até 2030;
- fortalecer o cumprimento do Código Florestal, em âmbito federal, estadual e municipal;
- restaurar e reflorestar 12 milhões de hectares de florestas até 2030, para múltiplos usos;
- ampliar a escala de sistemas de manejo sustentável de florestas nativas, por meio de sistemas de georeferenciamento e rastreabilidade aplicáveis ao manejo de florestas nativas, com vistas a desestimular práticas ilegais e insustentáveis.

ENERGIA

- participação de 45% de energias renováveis na matriz energética em 2030, incluindo:
- expandir o uso de fontes renováveis, além da energia hídrica, na matriz de energia para uma participação de 28% a 33% até 2030;
- aumentar a participação de biocombustível sustentável na matriz energética brasileira para aproximadamente 18% até 2030;
- expandir o uso doméstico de fontes de energia não fóssil
 - aumentando a parcela de energias renováveis (além da energia hídrica) no fornecimento de energia elétrica para ao menos 23% até 2030,
 - inclusive pelo aumento da participação de eólica, biomassa e solar;
- alcançar 10% de ganhos de eficiência no setor elétrico até 2030.

AGROPECUÁRIA

- restauração adicional de 15 milhões de hectares de pastagens degradadas até 2030;
- incremento de 5 milhões de hectares de sistemas de iLPF até 2030.

OUTROS SETORES

Setor industrial

- novos padrões de tecnologias limpas;
- medidas de eficiência energética;
- infraestrutura de baixo carbono;

Transportes

- medidas de eficiência,
- melhorias na infraestrutura de transportes e
- melhorias no transporte público em áreas urbanas

Observações Finais

- ▣ Esforço para o conjunto da economia brasileira
- ▣ Interesse Nacional de Desenvolvimento Socioeconômico
- ▣ Inserção de questões de mitigação e adaptação no contexto das demais políticas públicas
- ▣ Contexto da implementação iNDC (direitos humanos, trabalhadores e gênero)
- ▣ Foco da implementação e financiamento da iNDC em Energia, Agropecuária e Floresta
- ▣ Aprofundar em outras áreas não mencionadas (envolvimento)

Observações Finais (2)

- ▣ Estímulo a implementação imediata (não é necessário esperar regulamentação ou ratificação)
- ▣ Gestão de vulnerabilidades e riscos por meio do PNA
- ▣ Governança da mudança do clima